

ESCASSEZ DE RECURSOS NATURAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL PARA COMPREENDER O GENOCÍDIO EM RUANDA (ÁFRICA CENTRAL, 1994)

Ana Beatriz Gomes Da Silva¹
Zildenice Matias Guedes Maia²

1. Introdução

O genocídio ocorrido em Ruanda, em 1994, representa um dos episódios mais trágicos da história contemporânea, revelando as complexas relações entre fatores histórico, políticos, étnicos, econômicos e demográficos. Segundo a Câmara Legislativa do Distrito Federal (2024), o conflito resultou na morte de aproximadamente 800 mil pessoas em um curto período de cem dias. O genocídio ocorreu entre hutus e tutsis, etnias de Ruanda, onde foram descritas por Gourevitch (apud, Santos, 2019, p. 7) indicando as diferenças físicas, como os tutsis que eram “pessoas de 1,90m de altura, erguidos, nariz reto, testa alta, lábios finos”, já os hutus possuíam o “nariz achatado, lábios espessos, testa curta, crânio braquicéfalo.”

O genocídio não pode ser compreendido apenas sob a ótica do ódio étnico, mas também à luz de um contexto estrutural de escassez, pressão populacional e intervenção de grandes potências europeias na organização política e social do país (Diamond, 2007).

No caso específico de Ruanda, a situação demográfica era alarmante. Em 1990, o país possuía uma densidade populacional média de 293 habitantes por quilômetro quadrado, sendo uma das mais elevadas do mundo e a maior da África Oriental. Essa pressão sobre os recursos naturais, somada a desigualdades históricas e à manipulação política das identidades étnicas, criou um cenário de instabilidade que culminou no genocídio de 1994.

¹ Discente do curso de Gestão Ambiental, Bolsista PIBIC da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. E-mail: ana20230014078@alu.uern.br

² Doutora em Ciências Sociais; Professora do Departamento de Gestão Ambiental da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. E-mail: zildenicematias@uern.br

Nesse sentido, o caso de Ruanda tem sido frequentemente interpretado por alguns estudiosos como uma possível ilustração do dilema malthusiano, formulado por Thomas Malthus no século XVIII, onde a população tenderia a crescer em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos se expandir apenas em progressão aritmética, gerando inevitavelmente um desequilíbrio entre os recursos disponíveis e o número de habitantes.

Diante desse cenário, o presente ensaio tem como objetivo discorrer sobre a escassez de recursos naturais e conflitos socioambientais na perspectiva da: Gestão Ambiental para compreender o genocídio em Ruanda (África Central - 1994), a fim de discutir as limitações da teoria malthusiana na explicação desse evento. Busca-se evidenciar que interpretações fundamentadas exclusivamente na pressão demográfica e na disponibilidade de recursos naturais são insuficientes para compreender a complexidade do conflito, uma vez que desconsideram fatores históricos, étnicos, políticos, socioeconômicos e institucionais, bem como as dinâmicas de governança e de acesso aos recursos.

Dessa forma, discorre-se que os conflitos socioambientais resultam da interação entre desigualdades sociais, relações de poder, heranças coloniais, fragilidades na gestão ambiental e processos de exclusão, elementos que extrapolam as explicações deterministas propostas pela perspectiva malthusiana. Sob esse enfoque, o reconhecimento das problemáticas socioambientais demandam o fortalecimento da interdisciplinaridade, dada a complexidade da questão ambiental.

2. Interdisciplinaridade e conflitos socioambientais na perspectiva da Gestão Ambiental

2.1 A importância da interdisciplinaridade para a compreensão dos conflitos socioambientais

A compreensão sobre a interdisciplinaridade está fundamentada em pensadores que consideramos imprescindíveis para o debate atual. O primeiro autor a que recorremos é Snow (2015), que em sua obra “As duas culturas”, ressalta a necessidade do diálogo interdisciplinar entre as ciências humanas e as ciências exatas e contribui consideravelmente ao defender a “utilidade prática” da ciência. Nesse sentido, afirma o autor: “Todos os sinais apontam o mesmo caminho. Fechar o fosso entre nossas duas culturas é uma necessidade tanto no sentido intelectual mais abstrato quanto no sentido mais prático” (Snow, 2015, p.73).

A discussão sobre a questão ambiental se intensifica a partir da década de 1960, marcada pela emergência da problemática ambiental. Em sua base, esse debate coloca em xeque os pilares de um desenvolvimento pautado unicamente no crescimento, evidenciando o passivo econômico perante os fundamentos ecológicos que sustentam a vida (Veiga, 2015; Raworth, 2019; Leff, 2006; Krenak, 2020). Nesse sentido, a interdisciplinaridade se coloca como um conceito direcionador para compreender a multiplicidade dos desafios socioambientais que se impõem, bem como provocar à ciência para o diálogo de saberes (Leff, 2006). Importante referência para a compreensão da interdisciplinaridade, Pombo (2005, p. 11), afirmou:

Além da constituição de novas disciplinas, assistimos hoje à proliferação de novas práticas de investigação interdisciplinar e mesmo à constituição de novos problemas. Problemas grandes demais, problemas complexos, que se não deixam pensar em laboratório porque comportam um número enorme de variáveis, problemas que nenhuma disciplina está preparada para resolver.

Na perspectiva histórica, o século XX foi palco de transformações profundas em que a união entre ciência e tecnologia, resultou também em desastres ambientais e conflitos mundiais de grande escala. Tais eventos fortaleceram teorias que apontavam para uma era de incertezas (Prigogine, 1996) e para o esgotamento de um modelo de progresso fadado ao insucesso (Marques, 2018; Sachs, 1993), sustentado pela falsa premissa da infinitude dos recursos naturais.

Nas primeiras décadas do século XXI, confirmam-se os riscos e dilemas estruturais que a humanidade deve enfrentar. Este século já testemunhou uma crise sanitária global com milhões de vítimas e se caracteriza como o tempo das catástrofes climáticas. Embora tais cenários tenham sido antecipados por diversos estudiosos (Marques, 2018; Duarte, 2019), a celeridade das mudanças tem superado as previsões dos modelos tradicionais.

Nesse contexto, a crise socioambiental revela-se como uma crise civilizatória e de conhecimento (Leff, 2006). Torna-se imperativo o desenvolvimento de uma nova racionalidade, visto que mecanismos de mercado, normas conservacionistas ou inovações tecnológicas isoladas são incapazes de conter a degradação e a desigualdade geradas pela lógica econômica vigente.

Frente às ameaças impostas à continuidade da vida no planeta Terra, urge que o campo científico revise seus paradigmas e reavalie seu posicionamento institucional. Esse novo papel demanda que a ciência abandone sua postura hegemônica para assumir uma condição de escuta e aprendizado, valorizando experiências, saberes e práticas que foram historicamente silenciados. Conforme as reflexões de Stengers (2023), os dilemas civilizatórios contemporâneos exigem uma abertura ao diálogo interdisciplinar com diversos grupos sociais e formas distintas de conhecimento. Sobre essa perspectiva, Sartori (2018, p. 722) destaca:

A autora propõe uma prática científica pautada pela lentidão e pela colaboração mútua entre sujeitos e saberes, capaz de mobilizar conhecimentos experimentais e criativos. Tais processos visam à formulação de modos de existência e resistência que confrontem a lógica de subjetividade imposta pelo sistema capitalista.

A constatação de que estamos diante de uma crise socioambiental e civilizatória é apontada por Danowski e Viveiros de Castro (2017, p. 4) ao afirmarem que depois de Hiroshima e Nagasaki (Jonas, 2006) “a ausência de futuro já começou”. Nesse sentido, afirmam:

Os materiais e análises sobre as causas (antrópicas) e as consequências (catastróficas) da “crise” planetária vêm se acumulando com extrema rapidez, mobilizando tanto a percepção popular, devidamente mediada pela mídia, quanto a reflexão acadêmica.

Para Beck (2010), a sociedade pós-segunda guerra mundial vai se configurando como uma sociedade de risco, em que fica evidente que os riscos da modernização apontam para conteúdos e consequências sociais, políticas e culturais. O autor afirma ainda que a oposição entre natureza e sociedade claramente defendida ou empreendida até o século XIX, no século XX, começa a dar sinais de enfraquecimento e passa a ser questionada dadas as crises socioambientais que se intensificaram no século passado.

Em sua obra “A metamorfose do mundo” (Beck, 2018), ressalta que a humanidade está diante de uma “transformação muito mais radical, em que as velhas certezas da sociedade moderna estão desaparecendo e algo inteiramente novo emerge”. Esse novo, desafia nossa forma de “estar no mundo, de pensar sobre o mundo de imaginar e fazer política”. E nesse sentido, o autor convida para sairmos de um “nacionalismo metodológico, para cosmopolitismo metodológico” (Beck, 2018, p.).

As crises sistêmicas que temos presenciado nos levam para uma compreensão de que a própria noção de solo está mudando e as mudanças climáticas apontam para o fim da globalização, em que o antropoceno é uma perturbação que mobiliza o próprio sistema terrestre, e que assim “não existe mais Terra capaz de corresponder ao horizonte global” (Latour, 2020, p.20). O mundo do pós-guerra e da exploração do petróleo foram fundamentados pela crença de que não há limite material, vê-se agora confrontado e precisa reconhecer que não há planeta para abrigar a utopia da modernização ou da globalização.

Corroborar com essa preocupação de Snow (2015), Haraway (2023) ao nos convidar à uma responsabilidade coletiva sobre os atermos ao presente e não adiar os compromissos que precisam ser firmados para que o planeta não decida expulsar de vez os seres humanos (Krenak, 2020). Para tanto, é urgente o alargamento do conceito de ciência “e a necessidade de reorganização das estruturas da aprendizagem das ciências, nomeadamente, a universidade” (Pombo, 2005, p. 11).

Portanto, para melhor compreensão dos conflitos socioambientais, é necessária a visão interdisciplinar, uma vez que o conhecimento disciplinar é insuficiente para explicar a questão ambiental na contemporaneidade, que é também permeada e atravessada pela política, economia, acesso aos recursos naturais, direitos humanos e direitos das outras espécies, cultura e outras dimensões que se impõem. Nesse sentido, a voz de Snow (2015, p.73), precisa ecoar quando ele afirma: “O perigo é que fomos educados para pensar que temos todo o tempo do mundo. Temos muito pouco tempo. Tão pouco que não ousamos sequer imaginá-lo”.

2.2 Conflitos Socioambientais e o genocídio em Ruanda: contexto histórico e determinantes do conflito

Os conflitos socioambientais são fenômenos complexos que envolvem disputas pelo acesso, uso e controle dos recursos naturais, extrapolando a dimensão estritamente ecológica e incorporando aspectos sociais, políticos, econômicos e institucionais. Nesse contexto, a governança ambiental constitui um elemento central para compreender como diferentes atores, instituições e instrumentos regulatórios influenciam a gestão dos recursos naturais e a mediação dos conflitos (Moura, 2016). Desse modo, a gestão dos recursos naturais não se restringe aos aspectos ecológicos, mas engloba as relações envolvidas. Nessa perspectiva, a governança ambiental representa um referencial analítico fundamental para compreender as relações entre gestão ambiental e conflitos socioambientais.

Essa compreensão aproxima-se da perspectiva adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que reconhece que os conflitos armados mantêm uma relação bidirecional com o meio ambiente. Assim, a escassez não deve ser entendida apenas como um fenômeno biofísico, mas como uma construção social, política e institucional, condicionada por relações de poder e por modelos de desenvolvimento que produzem desigualdades no acesso aos recursos naturais (Pinto et al, 2015).

Ruanda é um pequeno país com área territorial de aproximadamente 26.338 km² tendo como vizinhos: Burundi ao sul, Uganda ao norte, a República Democrática do Congo ao oeste, e a Tanzânia ao leste (Paula, 2011). Sendo conhecida como a “Terra das Mil Colinas” devido à sua geografia marcadamente montanhosa. Todo o território do país se encontra acima de mil metros de altitude, o que confere ao relevo uma aparência ondulada e irregular, composta por colinas, vales e planaltos. Apesar da altitude elevada, Ruanda não possui grandes picos, exceto nas áreas próximas à fronteira com Uganda, onde o terreno se eleva de forma mais acentuada. Essa configuração geográfica singular não apenas caracteriza a paisagem ruandesa, mas também influencia seu clima, agricultura e ocupação humana. (Paula, 2011)

Embora Ruanda apresentasse, de fato, uma das maiores densidades populacionais da África, a teoria malthusiana, que associa o crescimento populacional descontrolado à escassez de recursos, levando a um conseqüente quadro de violência por disputa de recursos, mostra-se insuficiente para explicar o genocídio de 1994. O pensamento malthusiano propõe que a pressão demográfica leva inevitavelmente à fome, à miséria e a conflitos sociais, porém essa abordagem ignora as dimensões políticas, históricas e ideológicas envolvidas.

Em primeiro lugar, o conflito ruandês não foi uma resposta espontânea a um desequilíbrio ecológico ou demográfico, mas um projeto político planejado, articulado por elites que instrumentalizam o discurso da escassez de recursos e propagavam retóricas e ações que inflamavam os históricos conflitos entre hutus e tutsis, que de acordo com a *Folha de S.Paulo* (1995), os conflitos haviam começado desde o século 15, onde os tutsis investiram sobre os hutus - que dominavam a região na época - e estabeleceram uma monarquia.

O conflito fora protagonizado por duas etnias: os hutus e os tutsis. Assim como na distinção das características físicas, o sentimento de dissociação entre as etnias era expresso no dia a dia, a partir das diferentes ocupações e cargos que os tutsis possuíam durante a monarquia belga, onde o pastoreio se caracteriza como atividade principal dos tutsis, tendo maior valor, enquanto os hutus eram agricultores. O governo hutu e suas milícias transformaram o medo da fome e da crise de terras em uma narrativa de ódio e exclusão, na qual os tutsis foram culpabilizados pela miséria da população. Assim, fatores econômicos e ambientais foram politizados e manipulados, servindo como justificativa moral para a violência, e não como causa direta dela.

Além disso, os colonizadores belgas classificaram os Tutsis como superiores, baseando-se em teorias racistas e na "ciência de raça", descrevendo-os com pele mais clara e feições mais suaves, e opondo-os aos Hutus, descritos com pele mais escura e feições mais rígidas, o estopim dessa classificação infundada, na década de 1930 os belgas exigiram que todos comessem a portar um documento de identidade que os classificasse como hutus ou tutsis, aumentando, assim, a distinção étnica que já existia (Diamond, 2007).

O assassinato do presidente Juvénal Habyarimana em 6 de abril de 1994 não foi a causa do genocídio, mas sim o catalisador que detonou as pressões sociais, econômicas e demográficas acumuladas. Extremistas Hutus tomaram o controle do Estado e iniciaram uma campanha de extermínio contra a população Tutsis e Hutus moderados. A máquina de propaganda extremista traduziu habilmente o desespero econômico em uma justificativa para a violência étnica. A promessa de se apropriar das terras e bens dos vizinhos Tutsis não era um subproduto do genocídio, mas sim

um incentivo material central, transformando a escassez de recursos em uma narrativa para que ocorresse o genocídio.

A propagação diária de discursos de ódio e ataque contra os tutsis alimentavam as iniciativas extremistas e inflamavam o sentimento de desagregação étnica social. Os extremistas hutus ceifavam a vida dos tutsis e hutus moderados utilizando todo tipo de arma branca, facas, facões e foices, ocorreram saques as aldeias que foram invadidas, amigos e até familiares foram mortos pelas mãos dos extremistas. A omissão dos países ocidentais em intervir no conflito gerou ainda mais liberdade para o extermínio das “baratas”, no caso, era como os hutus chamavam os tutsis e hutus moderados. Igrejas, escolas e aldeias foram invadidas, pois serviam de abrigo para os que eram perseguidos, que se refugiavam na esperança de sobreviver.

Os tutsis que foram exilados de Ruanda para países vizinhos, e ingressaram na Frente Patriótica Ruandesa (FPR), liderados por Paul Kagame - presidente este que continua no governo até os dias de hoje -, investiram contra os hutus em Ruanda para a tomada do poder em 1994, dando fim ao genocídio após cem dias. Kagame nasceu na região oeste de Ruanda, em 1957, mas foi morar no país vizinho, Uganda, quando seus pais mudaram para o país, fugindo de surtos de violência em Ruanda, organizados por hutus na época (BBC NEWS, 2003).

3. Considerações Finais

Os danos causados pelas ações genocidas em Ruanda, marcaram o território e a população para sempre. Em última análise, o genocídio em Ruanda trata-se de uma segregação étnica histórica entre hutus e tutsis, onde evidencia a influência dos países imperialistas, a falta de gestão sustentável de recursos e a ausência de uma governança inclusiva culminam para um colapso componentes determinantes para compreender as raízes e as consequências dos conflitos contemporâneos.

O genocídio de 1994 não foi apenas um evento isolado de ódio étnico, mas o resultado de décadas de manipulação política, desigualdade social e exploração econômica, intensificadas por interesses externos. Esse episódio evidencia que a estabilidade de uma nação depende de políticas que promovam equidade, valorizem a diversidade cultural e assegurem o uso racional dos recursos naturais.

Sob a perspectiva da Gestão Ambiental, os conflitos socioambientais devem ser compreendidos como fenômenos multidimensionais, nos quais as disputas pelos recursos naturais estão profundamente relacionadas às relações de poder, às instituições e às formas de organização social. Nesse sentido, a governança ambiental constitui um importante referencial analítico ao evidenciar que a distribuição desigual dos recursos, a exclusão social e a ausência de mecanismos participativos podem potencializar situações de violência e instabilidade.

A Gestão Ambiental, portanto, extrapola a administração técnica dos recursos naturais e assume um papel estratégico na promoção da justiça socioambiental, da sustentabilidade e da prevenção de conflitos.

A experiência de Ruanda constitui um importante alerta para a comunidade internacional acerca dos riscos decorrentes da negligência diante das desigualdades estruturais e da fragilidade das instituições. Mais do que um episódio histórico, o genocídio evidencia que a construção de sociedades sustentáveis depende do fortalecimento da governança ambiental, da cooperação internacional, da proteção dos

direitos humanos e da implementação de políticas públicas capazes de promover equidade, inclusão social e gestão democrática dos recursos naturais.

Dessa forma, compreender os conflitos socioambientais sob uma perspectiva interdisciplinar representa um caminho indispensável para enfrentar os desafios contemporâneos e construir sociedades mais resilientes, justas e sustentáveis.

Referências bibliográficas

BBC NEWS. "Rwanda genocide: how the country came alive again"? *BBC Portuguese*, 26 Aug. 2003. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/08/030826_ruandagd Acesso em 26 Out. 2025.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL (CLDF). *31 anos do genocídio de Ruanda: solenidade na CLDF relembra massacre que matou quase 1 milhão de pessoas*. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/31-anos-do-genocidio-de-ruanda-solenidade-na-cldf-relembra-massacre-que-matou-quase-1-milhao-de-pessoas>. Acesso em: 10 nov. 2025.

DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. 2 ed. Desterro. Florianópolis: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2017.

DIAMOND, Jared *et al.* Parte 03: Malthus na África: genocídio em ruanda. In: DIAMOND, Jared. **Colapso**: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. 5. ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2007. Cap. 10. p. 1-348.

DUARTE, T. R. **O painel brasileiro de mudanças climáticas na interface entre ciência e políticas públicas**: identidades, geopolítica e concepções epistemológicas. *Rev. Sociologias*. ano 21, n. 51, maio-ago 2019, p. 76-101.

FOLHA DE S.PAULO. Entenda o conflito entre hutus e tutsis de Ruanda. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 ago. 1995, p. 9. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/23/mundo/9.html>. Acesso em: 17 Nov. 2025

FOLHA DE S. PAULO - Mortos em Ruanda poluem lago no Zaire - 3/6/1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/03/mundo/4.html>. Acesso em: 18 nov. 2025.

FRUCTUOZO, Ligia Maria Lario; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. *Ruanda: memórias de um genocídio*. ETIC: Encontro de Iniciação Científica, Presidente Prudente, v. 5, n. 5, p. 1-36, 2009. Disponível em:

<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/2037/2165>. Acesso em: 17 Nov. 2025.

HARAWAY, Donna Jeanne. **Ficar com o problema:** fazer parentesco no Chthuluceno. Ana Luiza Braga (Tradutora) . São Paulo: N-1 edições, 2023.

JONAS, Hanz. **O Princípio Responsabilidade:** ensaios de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?:** Como se orientar politicamente no Antropoceno Tradução Marcela Vieira; posfácio e revisão técnica Alyne Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental.** 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2018.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de (org.). **Governança ambiental no Brasil:** instituições, atores e políticas públicas. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016.

ORDWAY, E.M. Political shifts and changing forests: Effects of armed conflict on forest conservation in Rwanda, *Global Ecology and Conservation*, Volume 3, 2015, Pages 448-460, ISSN 2351-9894, <https://doi.org/10.1016/j.gecco.2015.01.013>. (<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2351989415000141>). Acesso em: 18 nov. 2025.

PAULA, Luiz Augusto Módolo de. Genocídio e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda. 2011. 272 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-26032012-114115/pt-br.php>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PINTO, Marcia Freire; NASCIMENTO, João Luís Joventino do; BRINGEL, Paulo Cunha Ferreira; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. **Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território?**. *Gaia Scientia*, [S. l.], v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/22721>. Acesso em: 24 jul. 2026.

PRIGOGINE, Ilya. **O Fim das Certezas:** Tempo, Caos e Leis da Natureza. Editora UNESP, São Paulo, 1996.

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade e integração dos saberes.** Liinc em Revista, Rio de Janeiro. v.1, n.1, março 2005, p. 3 -15. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082>> Acesso em 26 jul. 2026

RAWORT, Kate. **Economia donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. 1. ed. Zahar, 2019.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SANTOS, Bruna Tais dos. Sobre a Relação entre Tutsis e Hutus: A Questão Identitária nos Conflitos de Ruanda (1994). *Anais do VIII Encontro de História da Anpuh – Seção Recife*, São Paulo: ANPUH, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565646594_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Recife-BrunaTaiss.pdf. Acesso em: 10/11/2025.

SARTORI, Lecy. Outra ciência? Conhecimento, experimentos coletivos e avaliações. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 721-724, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/HbJC3F783Lvd9CWtGmvccwd/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2026..

SNOW, C.P. **As duas culturas e uma segunda leitura**. 1. ed. São Paulo: USP, 2015.

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível: Manifesto por uma desaceleração das ciências**. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2023.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: editora 34, 2015.

VITA, Mariana Rodrigues de. **Nós vamos deixar vocês viverem para que morram de tristeza: estupro como arma de guerra no genocídio de 1994 em ruanda**. Revista Angelus Novus, [S.L.], n. 17, p. 190313, 1 maio 2023. Universidade de São Paulo. Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais. Doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-5487.v12i17p190313>.

Escassez de Recursos Naturais e Conflitos Socioambientais: contribuição da Gestão Ambiental para compreender o genocídio em Ruanda (África Central, 1994)

RESUMO

O presente ensaio discute a relação entre escassez de recursos naturais e conflitos socioambientais, utilizando o genocídio de Ruanda (África Central, 1994) como estudo de caso para analisar as limitações da teoria malthusiana na explicação de conflitos complexos. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica, na perspectiva da Gestão Ambiental, para compreender as múltiplas dimensões que envolveram o genocídio. Argumenta-se que, embora a elevada densidade populacional e a pressão sobre os recursos naturais tenham contribuído para o contexto de instabilidade, esses fatores não constituem causa suficiente para explicar a violência ocorrida. Evidencia-se que o conflito foi resultado da interação entre heranças coloniais, segregação étnica institucionalizada, manipulação política, desigualdades sociais, fragilidades na governança ambiental e disputas pelo acesso aos recursos naturais. Defende-se que a Gestão Ambiental, ao incorporar abordagens interdisciplinares e princípios

de governança, amplia a compreensão dos conflitos socioambientais ao reconhecer a influência das relações de poder, dos processos históricos e das instituições na gestão dos recursos. Conclui-se que interpretações baseadas exclusivamente na escassez ambiental ou na pressão demográfica são reducionistas, sendo necessária uma abordagem integrada que articule justiça social, governança ambiental, sustentabilidade e direitos humanos como fundamentos para a prevenção de conflitos e a construção da paz.

Palavras-chave: Gestão Ambiental; Governança Ambiental; Conflitos Socioambientais.

Natural Resource Scarcity and Socio-Environmental Conflicts: The Contribution of Environmental Management to Understanding the Rwandan Genocide (Central Africa, 1994)

ABSTRACT

This essay discusses the relationship between natural resource scarcity and socio-environmental conflicts, using the Rwandan genocide (Central Africa, 1994) as a case study to examine the limitations of Malthusian theory in explaining complex conflicts. The study is based on a bibliographic review from the perspective of Environmental Management to understand the multiple dimensions underlying the genocide. It argues that although high population density and pressure on natural resources contributed to a context of instability, these factors alone are insufficient to explain the violence that occurred. The analysis demonstrates that the conflict resulted from the interaction of colonial legacies, institutionalized ethnic segregation, political manipulation, social inequalities, weaknesses in environmental governance, and disputes over access to natural resources. It is further argued that Environmental Management, by incorporating interdisciplinary approaches and governance principles, broadens the understanding of socio-environmental conflicts by recognizing the influence of power relations, historical processes, and institutions in the management of natural resources. The study concludes that interpretations based exclusively on environmental scarcity or demographic pressure are reductionist, emphasizing the need for an integrated approach that combines social justice, environmental governance, sustainability, and human rights as essential foundations for conflict prevention and peacebuilding.

Keywords: Environmental Management; Environmental Governance; Socio-Environmental Conflicts.